



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA

OFÍCIO Nº 3621/2026-07

Jaguariúna, na data da assinatura digital.

Ao Excelentíssimo Senhor Vereador

RODRIGO REIS DE SOUZA

DD. Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna

Assunto: Requerimento nº 016/2026, de autoria do(a) Ilustríssimo(a) Vereador(a) Graça Albaran

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em atendimento ao Requerimento em epígrafe e obediência ao art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, bem como ao art. 63, XIV, da Lei Orgânica do Município de Jaguariúna, a Administração presta os esclarecimentos a seguir, com base nas informações técnicas fornecidas pelo órgão competente.

A Secretaria Municipal de Educação informa, preliminarmente, que não houve substituição de professores de educação especial por monitores ou profissionais de apoio, tampouco redução ou supressão do atendimento pedagógico especializado na rede municipal de ensino. A reorganização promovida pela Secretaria Municipal de Educação possui natureza estrutural e pedagógica, tendo como finalidade qualificar, normatizar e ampliar a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em todas as unidades escolares do Município.

A Pasta elaborou documento orientador do AEE, atualmente em fase de apreciação pelo Conselho Municipal de Educação (CME), no qual são estabelecidas diretrizes técnicas, fluxos de atendimento e atribuições profissionais, em estrita conformidade com a legislação vigente.

A organização do serviço encontra respaldo nas Diretrizes da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, na Lei Brasileira de Inclusão – LBI (Lei nº 13.146/2015), bem como nos Decretos Federais nº 12.686/2025 e nº 12.773/2025, além das recomendações do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência, assegurando que o atendimento pedagógico especializado seja realizado exclusivamente por profissionais devidamente habilitados.

Nesse contexto, foi garantida a alocação de professores especializados em cada unidade escolar, com atuação no ensino colaborativo, em articulação direta com o professor regente de classe, bem como nas salas de recursos multifuncionais, responsáveis pela oferta do AEE complementar ou suplementar.

Esclarece-se, ainda, que os profissionais de apoio não exercem função docente, não substituem professores e atuam exclusivamente no suporte à autonomia, locomoção, alimentação, higiene e mediação dos alunos. Para o exercício dessa função, exige-se formação mínima em nível médio, acrescida de formação específica de 180 (cento e oitenta) horas, nos termos do Decreto Federal nº 12.773/2020. Para aqueles que ainda não possuem tal formação, a equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com o Departamento de Saúde e Educação Especial, promoverá a devida capacitação.

Ressalta-se que as medidas adotadas não se pautaram por redução de custos, mas pela melhoria da qualidade do atendimento. Registra-se, inclusive, que nem todos os professores especializados anteriormente percebiam vencimentos relativos à carga suplementar, instrumento de natureza temporária e que não se configura como política permanente de organização do quadro funcional.

Importante destacar que a reorganização implementada permitiu, pela primeira vez na rede municipal, a cobertura sistemática do atendimento por especialistas em todas as unidades escolares, ampliando o acesso dos alunos público-alvo da educação especial ao acompanhamento técnico-pedagógico adequado e superando o cenário anterior de atendimento parcial.

Por fim, informa-se que, em 26 de janeiro de 2026, a Secretaria de Educação promoveu reunião com os Senhores Vereadores, ocasião em que foram prestados esclarecimentos detalhados acerca da estruturação do AEE, da distribuição dos profissionais e dos fundamentos legais e pedagógicos das medidas adotadas, reafirmando o compromisso da Administração Municipal com a garantia do direito à educação inclusiva.

São essas as informações que se apresentam para o momento, renovando votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

DAVID HILARIO NETO

Prefeito



Documento assinado eletronicamente por **David Hilario Neto, Prefeito**, em 23/02/2026, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#) e [Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/campinas/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0918710** e o código CRC **764C2B73**.